



## **Economia Capitalista aos Solavancos: da Economia de Guerra à de Reconstrução (1898-1925)**

*Bumpy Capitalist Economy: From War Economy to Reconstruction (1898-1925)*

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Primeira Guerra Mundial foi prevista e preparada. Os anos de crescimento econômico embalsamaram a expansão imperialista recebida da Grande Depressão e levaram o acirramento das disputas entre economias nacionais ao encrespamento das relações internacionais e ao conflito entre Estados Nacionais. Após mais de 4 anos de conflagração, destruição e revolução, a economia mundial se transformou por inteiro. Longe de serem meros “atingidos”, os interesses financeiros-industriais foram protagonistas deste processo. Este estudo tem o objetivo de elucidar como, porquê e em que circunstâncias as maiores economias mundiais se lançaram no abismo, quem se salvou e como se deu esta reconstrução. Para tanto, nos serve a ótica da História Econômica, além de alguns observadores contemporâneos.

Palavras-chave: Economia de Guerra; Imperialismo; Reconstrução.

**ABSTRACT:** World War I was predicted and prepared for. The years of economic growth cradled the imperialist expansion received from the Great Depression and led to heightened disputes between national economies to the roughing up of international relations and conflict between nation states. After more than four years of conflagration, destruction, and revolution, the world economy was completely transformed. Far from being mere "casualties", financial-industrial interests were protagonists in this process. This study aims to elucidate how, why and under what circumstances the largest world economies were thrown into the abyss, who was saved and how this reconstruction happened. To do so, we use the optics of Economic History, as well as some contemporary observers.

Keywords: War Economy; Imperialism; Reconstruction.

### **Introdução: Da *Pax Britannica* à *Paz Armada***

A possibilidade de uma guerra pairava sobre a Europa mesmo nos anos de Grande Depressão. Suas consequências catastróficas foram previstas – embora não de forma realista, pois o horror foi muito além do imaginável –, preocupavam não apenas os

---

<sup>1</sup> Doutorando no curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Email: [thiago.mantuano@id.uff.br](mailto:thiago.mantuano@id.uff.br)



governos e os interesses das classes dominantes, mas também as pessoas mais simples. Com a recuperação econômica e o ascenso dos complexos produtivos bélico-militares, a preocupação com a guerra fez com que se criasse, no seio da velha Europa, alguns encontros para promover a paz: o Congresso Mundial para a Paz (1893), o Prêmio Nobel da Paz (1897) e a Conferência de Paz de Haia (1899), nas quais os governos – que armavam seus exércitos e marinhas até os dentes – declaravam efusivamente seu (falso) compromisso com o ideal da paz. Na virada do século, com o acirramento da competição interimperialista, a guerra ficou mais palpável e, em 1910, um conjunto grande de forças políticas, econômicas e sociais europeias já se preparavam para um – provável e devastador – confronto bélico.

A Grande Guerra só tomou as dimensões históricas que conhecemos devido a quase duas décadas de fulgurante desenvolvimento das forças produtivas e prosperidade, especialmente concentrada nas classes dominantes controladoras dos colossos capitalistas. Segundo Mauro,

Em 1914, a Europa tem grande confiança em si. Ela pode se permitir uma guerra. Não prevê que a guerra será longa, destruidora e que dará ao mundo não-europeu a ocasião de se afirmar. Será o “declínio da Europa”, visível na crise de longa duração que se segue à Primeira Guerra Mundial. (MAURO, 1973, p. 307)

A partir de 1900, a situação internacional pode ser definida pelo conceito contemporâneo de *Paz Armada*, que substituiu a *Pax Britannica*. Essas nomenclaturas são, obviamente, sintomáticas das mudanças operadas naquele momento. A *Paz Armada* associa dois elementos característicos dos primeiros anos de século: o sistema de alianças e a corrida armamentista. A política externa aliancionista dividia a Europa num momento delicado. Desde 1882, a Alemanha vinha organizando a Tríplice Aliança, junto à Itália e Áustria-Hungria; com a criação, em 1907, da Tríplice Entente composta por Grã-Bretanha, França e Rússia, a disposição bélica se mostrou clara, mas, para além dos nacionalismos e suas hostilidades, esta política externa tinha uma razão de fundo econômico: o fortalecimento, industrialização, autonomização e expansão do Império Alemão e seu capitalismo. O mundo não era mais o mesmo, e a Inglaterra presenciara os negociantes, banqueiros e industriais alemães tomarem seus mercados externos. Mais especialmente, a expansão naval alemã – tanto mercante, quanto de guerra – acuava os britânicos, antes hegemônicos nos mares oitocentistas. O afundamento dos navios mercantes britânicos por submarinos alemães deu razão a tais preocupações. A expansão colonial alemã ainda não era



expressiva, mas criou diversas dissensões entre estes, ingleses e franceses, ao ponto dos adversários históricos se aliançarem contra o novo e poderoso inimigo.

O capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, *sob o capitalismo*, a não ser pela força? (LENIN, 2013, p. 97)

Embora tenhamos privilegiado a marinha mercante em nossas pesquisas (MANTUANO, 2018), nos deparamos com dados interessantes sobre a marinha de guerra. Importa notar que o movimento de introdução dos vapores marítimos nas embarcações armadas foi tardio frente às embarcações mercantes. Fato é que, em tempos mais belicosos, as marinhas de guerra se apropriavam de navios a vapor mercantes, especialmente aqueles que estavam contratados pelo Estado. Entre as embarcações transoceânicas, a generalização dos vapores se deu pelas necessidades postais, diplomáticas, das comunicações telegráficas e, especialmente, mercantis, não pelas forças marítimas militares.

As Marinhas das grandes potências já haviam experimentado a nova base técnica em pequenas embarcações de serviço e patrulha, mas seus grandes navios armados continuavam movidos pelos ventos até, pelo menos, a guerra da Criméia (1853-1856). Apenas com a corrida armamentista, fruto da geopolítica imperialista (BUKHARIN, 1984), que se iniciou o processo de generalização dos vapores nas embarcações de guerra. Os dados coletados por Bukharin demonstram o crescente peso dos gastos com defesa nos orçamentos estatais, assim como da proporção da marinha de guerra nestes. Não à toa, os ingleses se destacam com sua acentuada política de investimentos na defesa marítima.

**Tabela 1: Percentual dos Gastos com Defesa Dividido entre Exército e Marinha (1875-1908)**

	<b>Gastos com Defesa no Orçamento (1875)</b>	<b>Gastos com Defesa no Orçamento (1908)</b>	<b>Exército</b>	<b>Marinha</b>
Inglaterra	38.6	48.6	37.7	62.3
Estados Unidos	33.5	56.9	55.6	44.4
Alemanha	28.5	28.3	48.2	51.8
França	29	37	67.8	32.2
Itália	19.1	28.7		
Rússia	34.6	35.6	70.5	29.5
Áustria	26.8	22.8		

Fonte: BUKHARIN, 1984, p. 119.



A tecnologia das indústrias de explosivos e armamentos, que já eram desdobramentos das indústrias metalúrgica e química, experimentaram avanços notáveis desde a década 1880, não apenas devido ao poderoso incremento na rapidez e no poder de fogo das armas de artilharia, mas de uma blindagem mais eficaz dos carros – com destaque para invenção do tanque (1915) –, também através da transformação dos navios de guerra por meio de motores-turbina e da capacidade de carregar muito mais canhões. O resultado de gastos tão elevados por parte dos Estados Nacionais foi a necessidade de cobrar impostos em maior diversidade e maiores alíquotas dos já existentes, de contratar empréstimos estrangeiros ou internos – sendo estes com potencial inflacionário. Também, cada vez mais fizeram da máquina mortífera, que significavam estas indústrias, um subproduto da produção em massa. Não atoa o Prêmio Nobel assim se chamava. Alfred Nobel era um inventor sueco, presidente da Nobel Industries – conglomerado de indústrias metalúrgicas, bélicas e de explosivos. Nobel foi o inventor da dinamite, em 1867.

Nos anos 1880, os produtores privados de armamento assinaram mais de um terço de seus contratos de fornecimento com as forças armadas; nos anos 1890, 46%; nos anos 1900, 60%: o governo, incidentalmente, estava disposto a garantir-lhes dois terços. Não admira que as empresas de armamento estivessem entre os gigantes da indústria, ou passassem a estar: a guerra e a concentração capitalista caminhavam juntas. Krupp, na Alemanha, o rei dos canhões, empregava 16.000 pessoas em 1873, 24.000 em torno de 1890, 45.000 em torno de 1900 e quase 70.000 em 1912, quando 50.000 das famosas armas Krupp saíram da linha de produção. Na fábrica britânica Armstrong, Whitworth empregava 12.000 homens em suas instalações principais em Newcastle, que passaram a 20.000 — ou mais de 40% de todos os metalúrgicos do Tyneside — em 1914, sem contar os das 1.500 firmas menores que viviam de subempregadas da Armstrong. Também eram muito rentáveis. Como o moderno "complexo industrial-militar" dos EUA, essas concentrações industriais gigantescas não teriam sido nada sem a corrida armamentista dos governos. (HOBSBAWM, 1988, pp. 472-473)

### **Economia de Guerra**

A guerra fugiu ao controle das lideranças políticas europeias e rompeu seus propósitos iniciais. No entanto, adquiriu dimensões coerentes com a monta dos interesses envolvidos e o caráter recente das formações sociais beligerantes. Era, de fato, uma guerra de natureza nova, em escala industrial. Segundo Fontana (2017, p. 20), os exércitos chegaram a recrutar 74 milhões de homens! O autor frisa bem as necessidades produtivas, de transportes, comunicações e de estratégia militar-logística que estes desafios suscitavam: “nuevas exigências de aprovisionamento y logística: la necesidad de



transportar, alojar, alimentar y armar a millones de combatentes, que no podían mantenerse sobre el terreno como los ejércitos del pasado, obligó a um enorme esfuerzo colectivo [...]” (FONTANA, 2017, pp. 20-21).

Segundo René Rémond:

Ao todo, contando os domínios britânicos, trinta e cinco Estados participaram do conflito. Todos os continentes foram arrastados a ele: centenas de milhões de homens. Foi a primeira vez na história que uma conflagração assume tamanha amplitude e essa extensão decorre do prolongamento da guerra. Foi porque a luta durou tanto tempo que numerosos países sobrepujaram as próprias hesitações, ou acabaram cedendo à pressão dos primeiros beligerantes. O Objetivo era sempre romper o equilíbrio, ou restabelecê-lo se for ameaçado. (REMOND, 1974, p. 25)

Enquanto e onde esteve fora do controle dos Estados, a guerra introduziu um quadro caótico nas economias europeias: ações oscilavam de forma intempestiva, por isso as bolsas fechavam, contas não eram quitadas, prazos eram estendidos a perder de vista, faltava liquidez de forma generalizada, havia grande corrida aos caixas para retiradas, os grandes bancos suspenderam seus pagamentos em ouro, moratórias foram concedidas, empresas declaravam falência, etc.. Ao estourar a Guerra, a penúria de frete e o bloqueio, que ambos os adversários empregam um contra o outro, levou cada país a praticar uma política autosuficiente que marcou um nítido retrocesso face à divisão internacional do trabalho e o avanço do comércio internacional em tempos de paz.

Em toda Europa e nos Estados Unidos, as indústrias bélicas assumiram uma amplitude considerável e absorveram a maior parte dos recursos e da mão-de-obra para investimentos. O Estado passou a fixar preços, requisitar fábricas, controlar a produção, especialmente para a defesa nacional, dispondo do frete e encampando os transportes, permitindo ou proibindo as importações e exportações, organizando o cultivo das terras abandonadas. Em especial, adiantando capitais aos industriais que precisam montar novas fábricas para produção armamentista e de insumos para o fronte. A liberdade de comércio, de produção e de trabalho passaram a ser estritamente limitadas e regulamentadas.

O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e na competição econômicas, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. (HOBSBAWM, 1994, p. 37)

Hobsbawm definiu com precisão a nova economia das guerras totais na primeira metade do século XX. O autor começa por constatar que este novo padrão econômico, aplicado



pelas grandes potências, não está tolhido à guerra e é subjacente à dinâmica do imperialismo. A preparação para esta – tendo expressão maior na corrida armamentista –, já se ensaiava e lançava suas bases antes mesmo do conflito bélico; assim como, suas repercussões lançaram bases políticas e sociais para muito além da guerra. O alcance dessas medidas criou um novo padrão para o funcionamento do sistema em todo mundo, mesmo que sua aplicação tenha variado de acordo com a participação de cada país no conflito.

As três características básicas e, mais ou menos, recorrentes numa *Economia de Guerra*, tipicamente capitalista, são:

- 1- uma política fiscal mais frouxa combinada, posteriormente, a uma política tributária mais progressiva;
- 2- o recorrer sistemático à reconversão produtiva, com avanço direcionado das forças produtivas – técnica e tecnologia –, assim como a adaptação de antigas e criação de novas mercadorias voltadas ao esforço bélico;
- 3- o maior poder de controle político sobre atividades econômicas e sociais, especialmente em sua faceta supostamente provisória.

Essas mudanças resultaram em toda sociedade produzindo, financiando e consumindo para a guerra. Na prática, quem não estava no fronte, estava na fábrica ou investindo nos famosos *National War Bonds* ou *Victory Bonds*. De forma contraditória, essas medidas, em conjunto, acentuavam a concentração dos capitais e o poder das grandes corporações – que entravam de cabeça no “esforço de guerra”, apostando em suas bandeiras nacionais e nas compras estatais –, mas garantiram certos direitos aos trabalhadores<sup>2</sup>, uma base mais ampla de empregabilidade – após o primeiro choque da irrupção do conflito, note-se a maior utilização da mão-de-obra feminina – e algum revés tributário aos mais ricos – como a implantação ou modificações severas nos impostos de rendas. O Estado passava a intervir nas economias nacionais não apenas em seu aspecto regulatório, mas como agente comprador, produtor e financiador em última instância.

Uma geração inteira de jovens – especialmente aqueles das chamadas “classes médias” – que conheceram um ambiente de bonança financeira, mobilidade social, melhorias contínuas na oferta de emprego, renda e oportunidades de negócios, passaram

---

<sup>2</sup> Na Inglaterra o seguro-desemprego surge na indústria armamentista, durante o “esforço de guerra”, por razões de segurança e segredo industrial.



a conviver com um duplo fator de penúria: destruição e racionamento. Por outro lado, como aclara Piketty (2014), a guerra e suas consequências econômicas e sociais inverteram uma tendência sistêmica mais do que estável e secular: a desigualdade social recuou.

Contribuíram enormemente para isto as repercussões da Revolução Russa. Quanto ao impacto econômico e bélico no conflito: a revolução modificou, bruscamente, a relação de forças em favor dos aliados; desorganizou a máquina de guerra da Entente, desestimulando franceses e ingleses e recrudescendo as necessidades produtivas dos campos e indústrias dos demais. Parece normal que a Rússia tenha sido o primeiro dos beligerantes originais a ceder, foi o país com a maior quantidade de baixas humanas e perdas econômicas. Os revolucionários de outubro detectaram com destreza o sentimento social crescentemente hostil à guerra, especialmente por suas consequências como o aumento da carestia, a deterioração das condições de trabalho e pela matança generalizada de jovens soldados. As greves, revoltas e deserções em toda Europa endossavam a postura e creditavam a posição bolchevique de dar fim ao conflito, pelo menos por parte da Rússia. Durante o Segundo Congresso dos Soviets, em outubro de 1917, Lenin liderou a derrubada do governo provisório e foi aprovado o “decreto da paz”, fazendo um chamamento para negociações imediatas pelo fim da guerra.

El armistício que había de poner fin a la guerra comenzó el 15 de diciembre y una semana más tarde se iniciaba en Brest-Litovsk, donde se hallaba situado el cuartel general alemán, la conferencia de paz entre los bolcheviques y los representantes de los gobiernos de Alemania, de Austria-Hungría y del Imperio Otomano, aunque la figura dominante era el general Max Hoffmann, jefe del ejército alemán en el frente oriental. (FONTANA, 2017, p. 68)

A própria conjugação de Guerra, Revolução e Reconstrução obrigaram os Estados europeus e o próprio Estados Unidos a adotarem algumas medidas progressivas como: a adoção ou aperfeiçoamento do Imposto de Renda; uma maior regulamentação das relações laborais, inclusive com a instauração do *Bureau Internacional do Trabalho*; maior inclusão no direito ao voto, especialmente com a aprovação do sufrágio feminino; menores restrições à atuação dos partidos ligados aos trabalhadores e seus sindicatos, o que permitiu ascendente representação no legislativo de trabalhistas e sociais democratas; e o fim da diplomacia secreta, que levou a criação da Liga das Nações.

Apesar de tida como fracassada, a Liga das Nações constituiu um avanço para sua época. Com a Liga das Nações alguns princípios liberais, já amplamente adotados nos



Estados Nacionais, passaram a valer na concertação da política internacional, tais como: debate público, deliberação por representação eleita proporcionalmente, regulamentação de questões de interesse mútuo e, especialmente, leis internacionais de conduta dos Estados Nacionais para preservação da paz e promoção do desarmamento, com a instituição, em 1921, do *Tribunal Internacional de Justiça*, em Haia.

Foge ao objetivo deste trabalho focar na Grande Guerra, mas é necessário aclarar que sua eclosão e resolução impuseram à economia capitalista global – que anteriormente vivia duas décadas de efusiva ascensão – um padrão de instabilidade em várias áreas: na produção industrial, agrícola, na circulação de bens, mercadorias e capitais, mas especialmente nas políticas monetárias e creditícias.

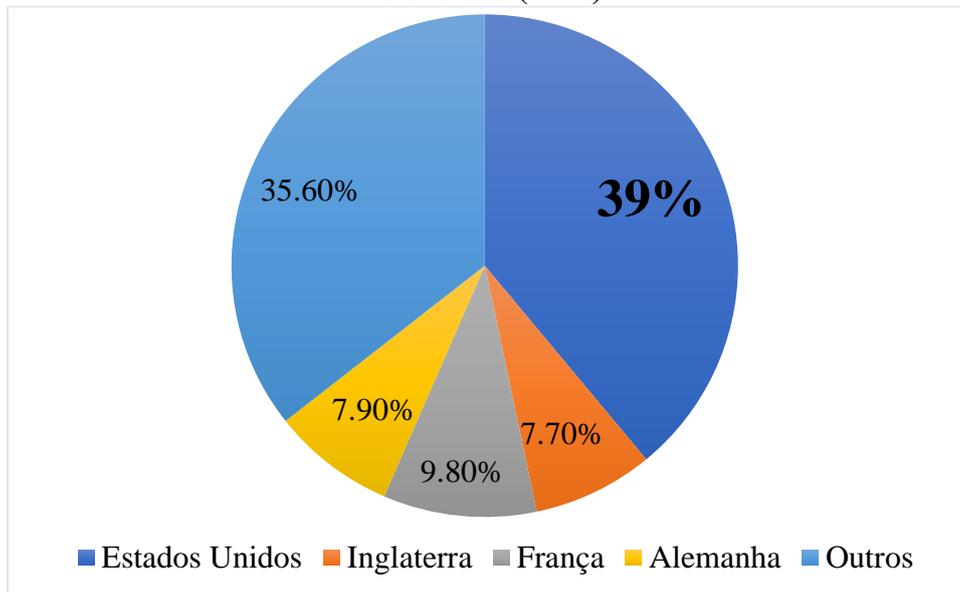
Landes considera que a Grande Guerra e suas rivalidades nacionais “foram as dores de crescimento de um sistema em processo de germinação.” (LANDES, 1994, p. 256), é difícil acreditar que tamanha destruição tenha algo a ver com “germinação”. Pelo contrário, o sistema capitalista se fortaleceu nos territórios onde a guerra simplesmente não chegou, notadamente nos Estados Unidos. A industrialização cresceu quantitativamente e à força em países subordinados aos capitais europeus, e essa subordinação passou lentamente aos Estados Unidos.

A Europa entrou na Primeira Guerra Mundial como um continente de impérios geopolíticos e militares rivais. Os Estados Unidos também desempenharam seu papel nesse antigo sistema imperial. Desde os primeiros dias da Doutrina Monroe, eles tinham entendido sua “esfera de influência”, no hemisfério ocidental e além, por meios militares, quando não (ou sempre) para o propósito de colonização direta, então certamente para assegurar regimes submissos. (WOOD, 2014, p. 99)

O padrão monetário com lastro no ouro foi esfacelado e a conversibilidade monetária nunca mais voltou ao estágio anterior. Além do mais, a guerra serviu para construir as bases de uma nova hegemonia capitalista, ainda não exercida, mas claramente em condições de sê-la: os EUA já detinham a maior reserva monetária e metálica do mundo antes da guerra, quando da criação do *Federal Reserve*, em 1913. Depois do conflito, a concentração desta posse cresceu 50%. Segundo Fontana, os Estados Unidos “[...] había acumulado la mayor parte de las reservas mundiales de oro, lo que convirtió al dólar en la moneda de referencia para el futuro, reemplazando a la libra esterlina.” (FONTANA, 2017, p. 99).



**Gráfico 1: Proporção das Reservas de Ouro em Poder de Bancos Centrais e Governos (1918)**

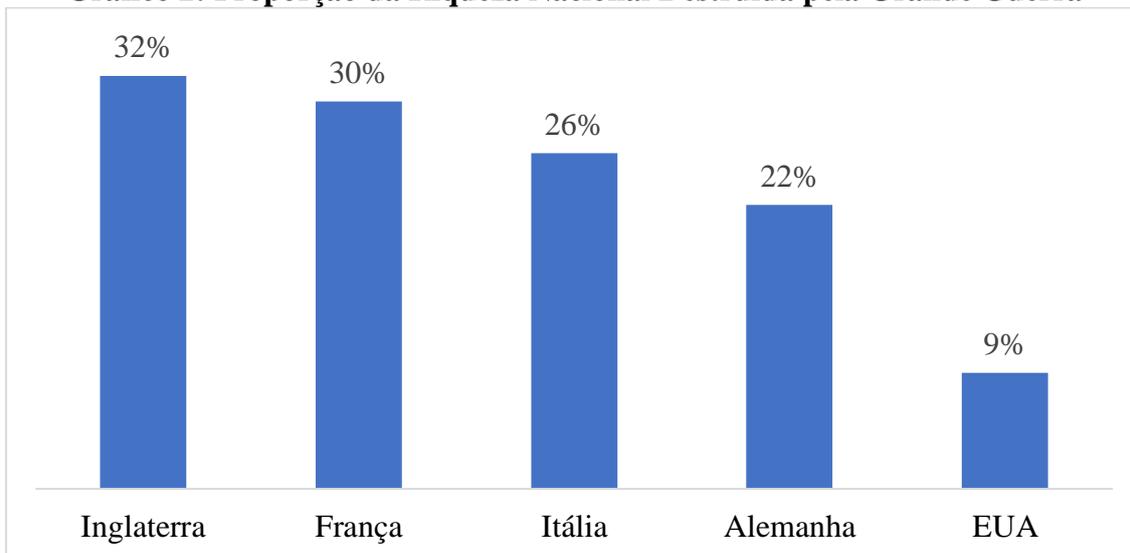


Fonte: SAES; SAES, 2013, p. 335.

A Guerra custou caro. Segundo Frederic Mauro (1973, p. 310-311), cerca de US\$ 10.000.000 de despesas por hora, US\$ 331.600.000.000 de destruição ao todo! A pesadíssima redução da força de trabalho e o ônus de sustentar milhões de órfãos e inválidos foram um dos fardos de guerra que as economias dos beligerantes tiveram de suportar em sua recuperação. Diferentes autores contabilizam algo entre 9 e 12 milhões de mortos e cerca de 22 milhões de feridos, dos quais 5 a 6 milhões de mutilados. A imigração de fuga foi mais um dos fatores a abater a natalidade e tirar a vitalidade demográfica da Europa.



**Gráfico 2: Proporção da Riqueza Nacional Destruída pela Grande Guerra**



Fonte: CROUZET, 1968, p. 45.

Em realidade, os beligerantes imaginavam uma rápida resolução para o conflito. Nenhum dos lados previam uma guerra de mais de 4 anos, com o agravante do caráter mundial dos interesses imperialistas envolvidos no conflito. O desgaste do material de transportes e comunicações, do instrumental e maquinário das fábricas – utilizadas à toda capacidade, não conservadas e reparadas –, além dos capitais consumidos inutilmente com empreendimentos que não chegaram ao seu termo devido as condições de guerra, devem ser levados em conta no grande desgaste sofrido pelas economias dos beligerantes. Apesar disso, a economia de guerra mostrou incrível capacidade de converter parques produtivos com objetivos civis para os fins bélico-militares.

Através da imposição dos recrutamentos, aumento da tributação, empréstimos externos e venda dos bônus de guerra, além da simples emissão monetária, a guerra foi financiada de lado a lado com esperança inequívoca na vitória. Entretanto, os efeitos de tão prolongado e devastador esforço de guerra foram pesados ao ponto de deslocar o centro da economia mundial da Europa para América do Norte, acentuando as características da nova feição do sistema; já pontuamos para o período pré-Guerra, mas podemos dizer que 1- o endividamento público, 2- o colapso monetário, 3- a destruição de capacidade produtiva instalada e 4- a baixa expressiva na força de trabalho trouxeram novo panorama à economia europeia no pós-Guerra. Um ano após o conflito, a balança comercial do continente apresentava déficit de US\$ 5.5 bilhões de dólares.



Em realidade, a vitória sobre os alemães teve um componente estratégico-econômico fundamental: os bloqueios, e eles só foram suficiente graças à entrada dos EUA na guerra em 1917. Aos exércitos alemães não faltaram armas, mas sim víveres, combustível, lubrificantes, borracha e outros insumos não metálicos. O prestígio da vitória era, em primeira instância, inglês e francês, mas a realidade é que a guerra reafirmou como potência ascendente e fortaleceu a economia norte-americana. A guerra foi para os Estados Unidos fonte de lucros, investimentos e conquista de mercados excepcionais. A Europa foi, pois, a partir de então, obrigada a partilhar com os Estados Unidos – seu novo e mais poderoso sócio – o domínio do mundo. Segundo Mauro, ao longo da Guerra

[...] os aliados liquidam com 2 bilhões de dólares de valores americanos; depois contraem empréstimos até o limite de seu crédito; finalmente, compram das empresas americanas graças aos empréstimos oferecidos pelo governo americano uma vez que este já estava na guerra. (MAURO, 1973, p. 320)

O saldo positivo na balança de comércio dos Estados Unidos salta de US\$ 435.800.000, em 1914, para US\$ 3.845.000.000, em 1919. As receitas do governo federal saltaram mais do que seis vezes: de US\$ 735.000.000, em 1914, para 4.648.000.000, em 1919. Para se ter uma ideia da ativação brusca da economia de guerra norte-americana, nota-se que o número de empregados no setor de construção e reparo naval saltou 45.000, em 1917, para 380.000, em 1918. Em pouco mais de um ano foram construídos 875 navios em solo americano - um incremento de 320% face ao ano anterior - com o acréscimo da capacidade de carga de sua frota em 2.941.000 toneladas (BARAN; SWEEZY, 1966).

Em determinado momento da guerra, com a estropiação das economias dos beligerantes, a maior parte dos insumos, equipamentos e armas necessários só poderiam ser fornecidos pelos Estados Unidos, sua compra foi feita em cima dos direitos dos europeus à renda produzida na América. Nomeadamente, os valores britânicos foram liquidados com grandes descontos para conseguir saldar as despesas de guerra, além de abrir novas possibilidades de compras do mais novo fornecedor global de – quase – tudo. A entrada dos americanos no conflito cumpriu triplo papel: defender os interesses econômicos dos seus cidadãos e empresas na Europa; sustentar as vendas e investimentos feitos para/na economia de guerra dos aliados; e garantir sua entrada no mercado de capitais europeu agora como prestamista, não mais como tomador. Não à toa Polanyi nota: “[...] o mundo inteiro passou a depender, como nunca antes acontecera, da alta



finança, representada agora por J. P. Morgan, que tomara o lugar que no passado fora o de N. M. Rothschild.” (POLANYI, 2000, p. 146).

A montanha-russa da economia mundial no período conheceu momentos de vertiginosa expansão, ligado a reconstrução dos países vitoriosos, entre os anos de 1918 e 1919, e de quebra do ritmo em 1920-1921 devido à crise de pagamentos dos serviços contratados para tal. Não havia liquidez, as moedas derretiam. A Grã-Bretanha lutava para retomar o padrão-ouro, enquanto o restante da Europa – especialmente os vencidos – financiavam a reconstrução com base em emissões, acarretando um ascenso inflacionário sem precedentes. A reconstrução se dificultou com a má condução dos tratados de paz que jogavam de forma desmedida o ônus nos vencidos. Britânicos e franceses diziam “os alemães pagarão”, se em parte essa premissa foi verdadeira, pois as penas e multas previstas no Tratado de Versalhes chegaram a serem aplicadas a princípio, jamais foi o suficiente. Fontana chega sustentar que, de fato, a Alemanha não foi tão penalizada em Versalhes e, na prática, pouco perdeu territorialmente. No novo mapa europeu, apenas a Alsácia-Lorena fora apartada dos alemães, mas, como lembra Hobsbawm, o maior peso imposto pela “cláusula de culpa” foi a perda de suas forças armadas por mar, além da limitação do seu exército. As colônias alemãs no ultramar foram simplesmente destituídas de seu poder e entregues aos vitoriosos. Entretanto, financeiramente, simplesmente não pagaram o previsto.

Esta tensão política do pós-Guerra era apenas uma parte diminuta do que influía nas “consequências econômicas da paz”, termo e obra de Keynes (2002) que criticava a postura dos vencedores em Versalhes. Segundo Keynes, a Europa só se recuperaria plenamente da guerra construindo um sistema econômico com equivalências justas e que promovesse a integração das economias nacionais, o que não aconteceu. Suas propostas de reestruturação das dívidas nacionais em protocolos coletivos mundiais, com um programa de reconstrução cooperativo – o que incluía a Alemanha e a Rússia Soviética – , nunca foram ouvidos. Ao contrário,

En todo el mundo la herencia inmediata de la guerra fue una crisis económica que frenó los proyectos de reconstrucción y provocó un grave aumento del paro. En todas partes, en Europa como en las Américas del Norte y del Sur, la inquietud social, espoleada por el triunfo de la revolución rusa, reflejaba el malestar de los trabajadores, a quienes se pretendía hacer pagar el coste de la crisis, y el de los campesinos, que sufrieron el hundimiento de los precios de sus productos. (FONTANA, 2017, p. 99)



Neste cenário até o bastião do liberalismo, a Grã-Bretanha, embora ainda aferrada ao padrão-ouro, cedeu à consagrada fórmula protecionista teuto-americana:

Eram criadas cada vez mais tarifas alfandegárias, restrições de importações, quotas de produtos e licenças de exportações e importações entre os países, fazendo com que o comércio entre os países europeus caísse consideravelmente na primeira metade da década de 1920 em comparação com os anos anteriores da guerra. (SAES; SAES, 2013, p. 328)

Como não podia deixar de ser, os agentes comerciais, financeiros e industriais europeus tiveram seus canais interrompidos durante a Guerra. Além disso, os severos problemas de organização interna das economias em reconstrução dificultavam o restabelecimento das relações econômicas internacionais dos europeus. Crouzet registra o exemplo francês:

A França é o último dos Estados a estabilizar sua moeda que sofreu flutuações das mais desordenadas. Não só a guerra já despojara o franco de 3/4 do seu poder aquisitivo, devendo ele a sua cotação privilegiada apenas ao apoio das tesourarias aliadas, como a França, persuadida de que “o Boche pagará”, financiou a reconstrução das regiões devastadas por meio da inflação e dos empréstimos que elevaram a dívida pública de 32 bilhões de francos em 1914 a 294 bilhões em 1921. [...] A França continua sendo credora do exterior, mas suas aplicações estrangeiras alcançam apenas a metade das de 1913 e os proventos não chegam a 2/5 da cifra que lhes correspondia então. (CROUZET, 1968, p. 53)

A hiperinflação alemã é digna de nota. Segundo Fontana (2017, p. 109), em 1914, o marco estava cotado a 4,21 por dólar; dez anos após, quatro anos depois de Versalhes, em 1919, para comprar um dólar havia a necessidade de se pagar 4.200.000.000.000 marcos! O autor pontua: “Por entonces había 1.783 máquinas imprimiendo billetes día y noche. Era un proceso de hiperinflación como no se había conocido antes en la historia.” (FONTANA, 2017, p. 109).

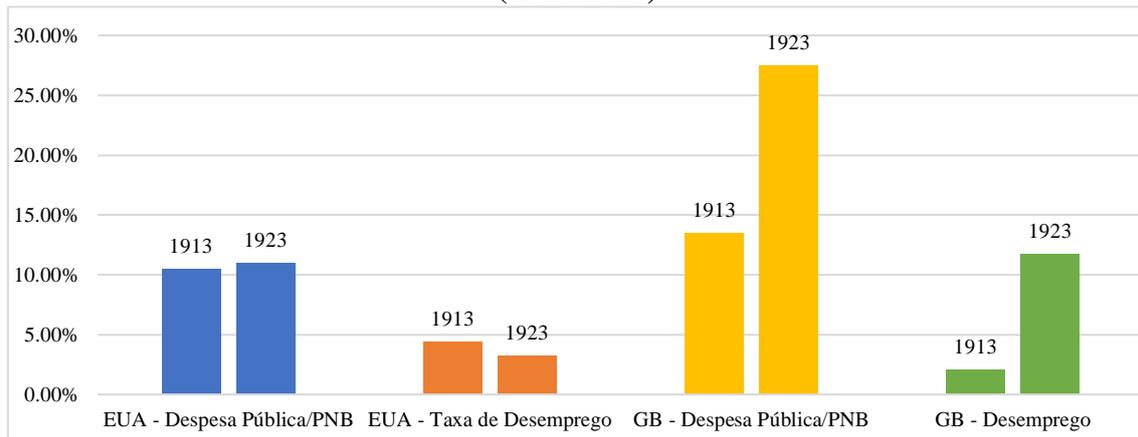
### **Hegemonia Renegada: os Estados Unidos na Economia de Reconstrução do Pós-Guerra**

Não precisa de muito esforço para saber quem supriu a Europa e seus mercados perdidos: os Estados Unidos já eram o maior produtor de boa parte dos bens e capitais do mundo, passaram também a ser o maior fornecedor externo da economia capitalista. Expressão disto é a criação, em 1919, da *American Relief Administration*, responsável pela alocação de US\$ 1.415.000.000 em doações, vendas de bens com longo prazo e empréstimos para reconstrução da Europa. Nada disto foi o suficiente. Anos após a guerra, a necessidade de despesas públicas para reconstrução por parte dos beligerantes



européus continuava alta, assim como – contraditoriamente – sua taxa de desemprego. O que contrastava com a situação de esplendor anterior ao conflito. Os números apresentados no **Gráfico 3** demonstram que a guerra foi extremamente benéfica aos Estados Unidos.

**Gráfico 3: Despesa Pública e Desemprego nos Estados Unidos e no Reino Unido (1913-1923)**



Fonte: BROWN, 1987, p. 200.

Os Estados Unidos cujos investimentos externos, em 1914, correspondiam a 7% do total efetuado no mundo, chegaram a impressionante marca de 32% em 1920, sendo a emissão de novos títulos estrangeiros, em Nova Iorque, duas vezes maior que a de Londres nesta data. Pelo menos para a América Latina, a bolsa de Nova Iorque se tornou uma referência mais forte que a de Londres, dos novos títulos estrangeiros lançados em Nova Iorque, no ano de 1920, 47% diziam respeito a investimentos em empresas nas Américas Central e do Sul. Em realidade, a Doutrina Monroe não era levada a cabo apenas pelo “grande porrete” proposto por Theodore Roosevelt, mas frequentemente pelos calhamaços de ações negociadas em Wall Street.

Esse avanço dos Estados Unidos coincide com um declínio na posição da Grã-Bretanha como país investidor no estrangeiro. Isso porque, embora ela tenha compensado, desde a conflagração, grande parte dos sacrifícios feitos durante a guerra no tocante a investimentos estrangeiros (norte-americanos e outros), seu excedente anual médio ficou consideravelmente reduzido, e nem mesmo uma recuperação satisfatória dos negócios em âmbito mundial lhe permitirá retomar sua supremacia de pré-guerra no mercado mundial de investimentos. (HOBSON, 1983, p. 342)

Entretanto, Nova Iorque em si continuava subordinada à Londres, aferrada aos dogmas financeiros e monetários que emanavam da City londrina. Sem dúvida, o grande aumento da participação norte-americana na liquidez mundial durante a guerra levou a um aumento



igualmente significativo do poder e da influência dos banqueiros nova-iorquinos – especialmente de John Pierpont Morgan – no mercado de capitais europeu. Esta influência estava, definitivamente, subordinada ao padrão-ouro e amarrada ideologicamente à ortodoxia financeira do livre-câmbio. Por conta disso, embora pudesse, o dólar não se tornou de fato a moeda conversível global neste momento, ainda dividindo com a libra esterlina esta função. Wall Street e o Federal Reserve até poderiam saber o poder que tinham, mas de fato ainda não pareciam aptos ou dispostos a exercê-lo.

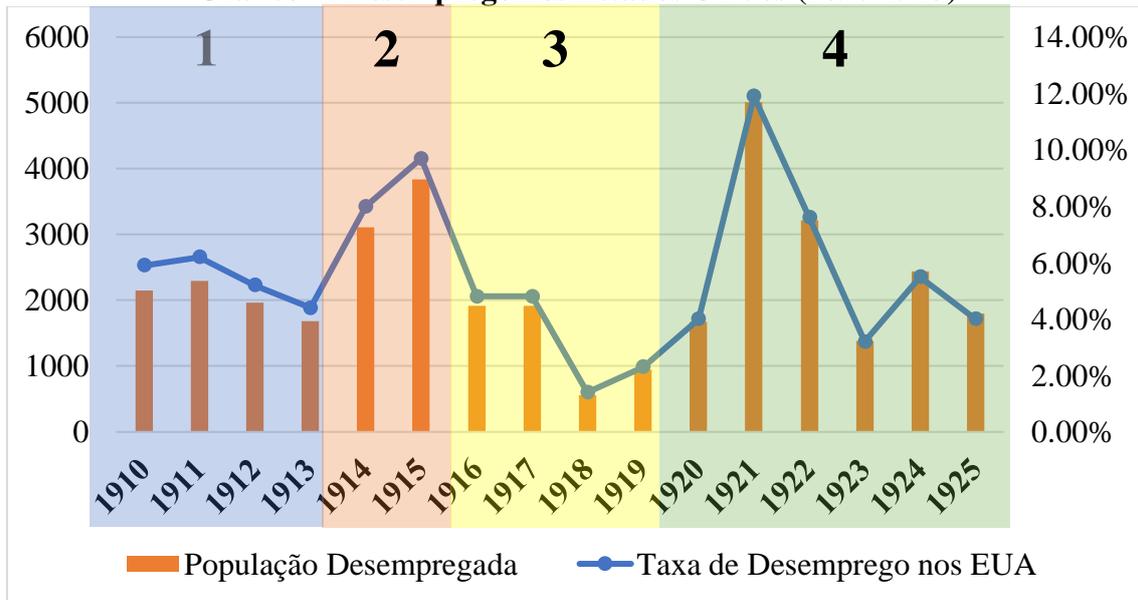
Como já aclaramos anteriormente, a guerra encontrou os EUA num momento de “estagnação rastejante” – momento 1 do **Gráfico 4**. Perto do vivido em 1907-1908, não era uma crise, mas os bons tempos da virada do século não voltaram mais. Com a guerra, o quadro mudou da estagnação para a expansão. E nem se pode dizer que houve uma “destruição criadora”, porque a guerra não chegou em território norte-americano. O primeiro abalo – momento 2 do **Gráfico 4** – foi brusco e curto, estava identificado com a interrupção do comércio externo e a suspensão generalizada dos pagamentos. Foi um momento de dificuldade para as empresas, no geral, e determinou a paralisação de atividades que nunca foram retomadas em sua integralidade, levando a perdas para algumas das suas indústrias, ociosas durante o conflito, que caíram inúteis ou obsoletas. No entanto, como demonstra o momento 3 do **Gráfico 4**, a guerra deu alento aos preços dos produtos americanos, demandou sua indústria e agricultura, limpou os débitos das suas empresas junto aos ingleses (quitados com grandes descontos) e constituiu em Nova Iorque uma praça financeira importante, onde os europeus tomariam recursos para utilizar no conflito.

Dessa forma, reforçou-se a estrutura da economia americana, dominada pelo sistema financeiro. A primeira fase do impulso de prosperidade no pós-guerra – momento 4 do **Gráfico 4** – rapidamente evoluiu para uma onda especulativa. O que a historiografia chama de “crise de reconversão” estoura em 1920, era o primeiro indício do funcionamento da “economia aos solavancos”. Logo cedo, o mercado mundial aparece saturado, em particular no setor de bens de consumo duráveis. Novamente, outros países industrializados também os produzem e defendem sua produção. Os estoques internos dos países beligerantes se reconstituíram e a produção precisava estar à todo vapor, antevendo vendas que saldariam os créditos obtidos para reconstrução e reconversão dos negócios. As vendas não aconteceram e os pagamentos foram postergados, a crise de



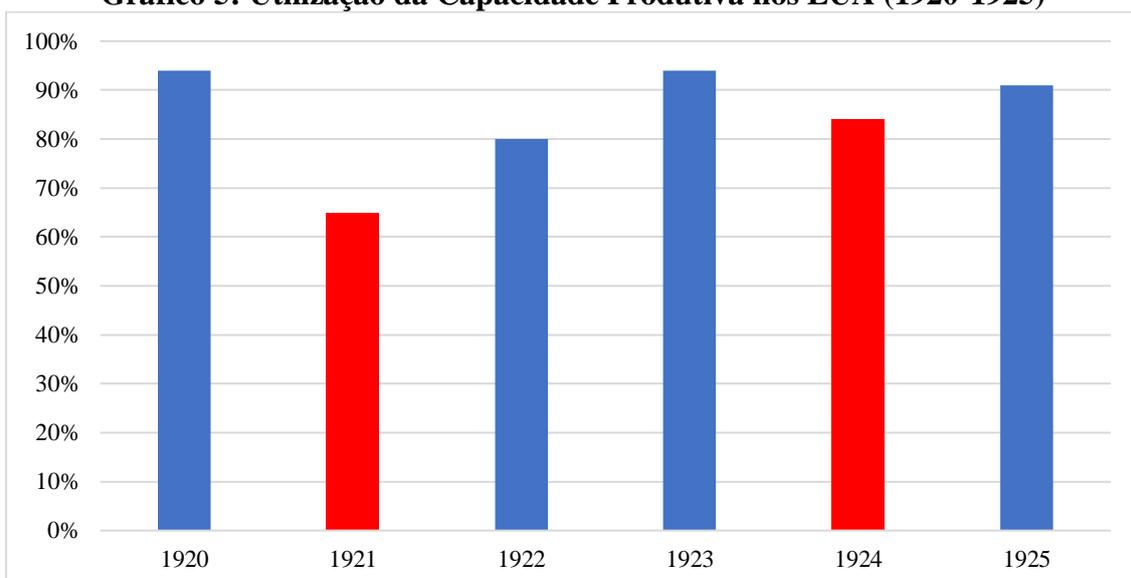
reconversão era crise de liquidação dos compromissos de curto prazo assumidos numa economia que transitou do esforço de guerra para o esforço de reconstrução. Isto foi especialmente agudo nos primeiros meses de 1920, ano de eleições presidenciais nos Estados Unidos. Mas a contração que se seguiu foi breve e aguda: o surto de prosperidade do pós-guerra não morreu, foi apenas interrompido algumas vezes, de forma estanque, como demonstra o **Gráfico 4**.

**Gráfico 4: Desemprego nos Estados Unidos (1890-1913)**



Fonte: LEBERGOTT, 1957, p. 218.

**Gráfico 5: Utilização da Capacidade Produtiva nos EUA (1920-1925)**



Fonte: BARAN; SWEEZY, 1966, p. 236.



O acúmulo de demanda, especialmente na construção civil dos territórios afetados pela guerra, ainda era grande e este continuou sendo um dos setores produtivos mais importantes durante alguns anos seguintes. Inclusive, fomentando outras indústrias de bens primários e de bens de capital. Por volta de 1925, se encerram os efeitos do pós-guerra, a construção civil e dos meios de transportes de massas diminuiu seu ritmo, mas o impulso da indústria automobilística levou a expansão da economia americana para além dessa fronteira. O desemprego demonstra que, mesmo que de forma irregular, se estava processando a absorção do excedente e a inversão dos capitais – concentrados e comandados pelo sistema financeiro (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 233-234).

Note-se, que, ao fim da guerra, quando as coisas pareciam melhorar, o mundo foi abalado por uma pandemia que matou cerca de 40 milhões de pessoas, entre 1918 e 1919. A Gripe Espanhola se criou no fronte, pegou carona nas embarcações dos refugiados e se alastrou assim que se restabeleceram os fluxos do comércio internacional, no pós-Guerra (KOLATA, 2002). Certamente, os abalos econômicos devido às mortes, ao tratamento de milhões de doentes e às providências – emergenciais e definitivas – para o combate à pandemia alimentaram o caráter estanque da conjuntura econômica que se vivia naquele momento.

Após os primeiros esforços de reconstrução do mundo pós-guerra, os Estados Unidos se voltam novamente à construção do seu mercado interno de massas, não mais devedor e cliente, agora credor e fornecedor da Europa, utilizará das rendas de empréstimos, adiantamentos e investimentos em todo mundo para agigantar sua indústria e tornar seu setor agropecuário mais eficiente.

O papel da Grã-Bretanha fora o de uma *economia líder*, plenamente integrada no sistema econômico mundial e, em grande medida, possibilitadora de seu funcionamento exitoso, graças à dependência britânica do comércio exterior, a influência generalizada de suas instituições comerciais e financeiras e à coerência fundamental entre sua política econômica nacional e a que era exigida para a integração econômica do mundo. Em contraste, os Estados Unidos são uma *economia dominante*, apenas parcialmente integrada no sistema econômico mundial, com o qual ela também compete em parte, e cujo modo e ritmo habituais de funcionamento ela tende a perturbar periodicamente. Não existe nenhuma rede norte-americana de instituições comerciais e financeiras que vincule e administre as operações cotidianas do sistema de comércio mundial. Por mais essenciais que possam ser algumas importações, o comércio exterior, em seu conjunto, não é crucial para a economia norte-americana. (ELLIOTT, 1955, p. 290)

O isolamento de sua política externa, contrariando as ideias integracionistas do presidente vencedor da guerra, Woodrow Wilson, e evidenciada por sua não participação



na Liga das Nações, confirmam esta tendência. A tensão entre os seus mercados e os externos marcaram o período entreguerras da história americana. Isto se inseria num quadro de forte instabilidade no início dos anos 1920. A tarifa Fordney-McCumber, de 1922, foi resultado dos debates sobre o poder daninho da inserção veloz e descontrolada da economia americana em mercados externos relativamente novos. Suas Sociedades Anônimas Gigantes, os grandes bancos e a bolsa de valores de Nova Iorque foram expressão dessa “disputa pela atenção” da economia norte-americana, pendulando: ora mais internista, ora mais extrovertida.

Internamente, a desigualdade social e racial, além da repressão política e social - com atividade policial crescente e a instituição da famosa Lei Seca, em 1920 - davam o tom do que seriam os efervescentes anos 1920. Quando as empresas monopolistas conseguiram consolidar jurídico-politicamente seu domínio conquistado no terreno econômico desde o final do século anterior.

## **FONTES**

BUKHARIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HOBSON, John. *A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

LENIN, Vladimir. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 2013.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações – A Época Contemporânea (Livro 1)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

ELLIOTT, William. *The Political Economy of American Foreign Policy. Its Concepts, Strategy and Limits*. New York: Henry Holt & C., 1955.

FONTANA, Josep. *El Siglo de la Revolución: una historia del mundo desde 1914*. Barcelona: Crítica, 2017.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.



- KOLATA, Gina. Gripe: a história da pandemia de 1918. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LANDES, David S. Prometeu Desacorrentado. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.
- LEBERGOTT, Stanley. "Annual Estimates of Unemployment in the United States, 1900-1954." In: The Measurement and Behavior of Unemployment. Conference of the Universities - National Bureau Committee for Economic Research. Princeton: Princeton Univ. Press (for N.B.E.R.), 1957.
- MANTUANO, Thiago. A Revolução dos Vapores na Navegação Marítima. HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS, v. 21, p. 479-517, 2018.
- MAURO, Frédéric. História Econômica Mundial: 1790-1970. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- REMOND, Rene. Século XX: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SAES, Flávio; SAES, Alexandre. História Econômica Geral. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. O Capital Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- WOOD, Ellen. O Império do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.